



**SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA – COMARCA DE CARMO DE MINAS/MG**

Edital 01/2024 – PROVA

NOME DO CANDIDATO	ASSINATURA DO CANDIDATO	RG DO CANDIDATO
-------------------	-------------------------	-----------------

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Prova sem consulta.
3. Esta prova contém 20 (vinte) questões, cada uma com 4 (quatro) opções de resposta, valendo 1 (um) ponto cada e valor total de 20 (vinte) pontos, considerando-se aprovado o candidato que obtiver 60% (sessenta por cento) da prova objetiva.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta esferográfica (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova será de 2 horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas. Com início às 10:00 e término às 12:00 horas.
8. É proibido o porte, a posse e o uso de computadores, máquinas calculadoras, telefones celulares, relógios de qualquer tipo ou outros similares.
9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador o cartão de respostas e o caderno de provas, devidamente preenchidos conferidos e assinados.



Direito Constitucional

QUESTÃO 01 - Os artigos 1^oa 4^o, da Constituição de República Federativa do Brasil de 1988, compõem título importante referente aos Princípios Fundamentais. A respeito deste tema, assinale a alternativa correta.

- a) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa estão entre os fundamentos da República Federativa do Brasil;
- b) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação da Organização dos Estados Americanos de Nações;
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais constituem dois dos fundamentos da República Federativa do Brasil;
- d) construir uma sociedade livre, justa e competitiva.

QUESTÃO 02 - Caio, servidor do Município de Carmo de Minas, contratado sob o regime trabalhista, aprovado e nomeado no concurso da Polícia Militar de Minas Gerais, requereu junto ao Município o fornecimento de certidão de tempo de serviço prestado, com o objetivo de cumprir requisito que compõe fase de apresentação de documentos para posse como policial militar. A autoridade competente, contudo, recusou-se a fornecer a certidão, encontrando-se Caio ameaçado de ter sua nomeação tornada sem efeito por falta de documento indispensável. Contra o ato da autoridade municipal, de acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta qual remédio constitucional Caio deverá impetrar a fim de garantir o recebimento de sua certidão e posterior apresentação.

- a) Habeas corpus;
- b) Mandado de Segurança;
- c) Habeas data;
- d) Mandado de injunção.

QUESTÃO 03 - A Constituição do Brasil prevê que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”, com base nesta premissa, É ERRADO AFIRMAR que:



- a) os homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição;
- b) o direito à moradia não será concedido aos estrangeiros residentes no país;
- c) ninguém será submetido a tratamento desumano;
- d) é assegurado o livre exercício de cultos religiosos.

QUESTÃO 04 - Observe as frases abaixo, assinalando V, para as verdadeiras e F, para as falsas, e marcando a opção correspondente: A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, prevê que:

- 1. Em hipótese alguma, haverá pena de morte e nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
- 2. São direitos e garantias fundamentais do preso: permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado; a identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- 3. São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, salvo nos casos de relevante valor social.
- 4. Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

- a) () F, F, V, V.
- b) () F, V, F, V.
- c) () V, V, F, V.
- d) () V, F, V, F.

Direito Civil

QUESTÃO 05 - São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) Os menores de 16 anos;
- b) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- c) Os pródigos;



d) Todas alternativas.

QUESTÃO 06 - Qual dos defeitos abaixo relacionados geram nulidade absoluta ao negócio jurídico?

- a) Simulação;
- b) Coação;
- c) Fraude contra credores;
- d) Dolo.

Direito Processual Civil

QUESTÃO 07 - Qual recurso cabível quando o juiz indefere liminarmente a petição inicial?

- a) Agravo de Instrumento;
- b) Apelação, sem possibilidade de exercer juízo de retratação;
- c) Apelação, com possibilidade de exercer juízo de retratação;
- d) Agravo retido.

QUESTÃO 08 - Se o prazo não estiver estabelecido em lei, tampouco houver preceito legal, este deverá ser determinado:

- a) Por acordo entre as partes;
- b) Pelo Juiz, de acordo com a complexidade do ato;
- c) Pelo Escrivão ou Servidor da Secretaria;
- d) Por Portaria ou Regulamentação do Tribunal de Justiça Estadual.

Direito Penal/Processo Penal

QUESTÃO 09 - Tício, imputável, inicia a execução de um crime. Antes da consumação, por deliberação própria, deixa de prosseguir nos atos delituosos. A conduta descrita caracteriza:

- a) Arrependimento posterior;
- b) Arrependimento eficaz;
- c) Desistência voluntária;
- d) Consumação.



QUESTÃO 10 - Marcos, querendo matar seu vizinho, faz um disparo em sua direção. No entanto, não chega nem a lesioná-lo. Marcos:

- a) Responderá por homicídio tentado;
- b) Não responderá por crime nenhum, porquanto a tentativa incruenta não é penalmente tutelada;
- c) Responderá criminalmente apenas pelo delito de disparo de arma de fogo;
- d) Não responderá por crime nenhum, pois seu vizinho sequer foi atingido.

QUESTÃO 11 - A prova produzida no processo pode ser utilizada:

- a) Somente pelo Juiz;
- b) Somente pela parte que produziu a prova;
- c) Tanto pela parte que produziu a prova, quanto pela parte ex adversa;
- d) Por todos sujeitos do processo.

QUESTÃO 12 - Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O silêncio do acusado importará confissão;
- b) A confissão será indivisível e retratável;
- c) A confissão será divisível e irretratável;
- d) O silêncio do acusado não importará confissão.

Direito Administrativo

QUESTÃO 13 - Quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo, caracteriza-se:

- a) Vício de forma;
- b) Incompetência;
- c) Desvio de finalidade;
- d) Ilegalidade do objeto.



QUESTÃO 14 - A prerrogativa atribuída à Administração Pública para invadir materialmente a esfera jurídica de particulares, a bem da coletividade, sem ir previamente ao Poder Judiciário, traduz-se em:

- a) Imperatividade;
- b) Exigibilidade;
- c) Coercibilidade;
- d) Autoexecutoriedade.

QUESTÃO 15 - A Administração Pública é uma atividade:

- a) Política;
- b) Neutra;
- c) Sempre discricionária;
- d) Vinculada à Lei em sentido amplo.

QUESTÃO 16 - As pessoas físicas que ocupam os cargos que compõem a estrutura de governo, ligados ao exercício de atribuições constitucionais, são denominadas:

- a) Agentes honoríficos;
- b) Agentes credenciados;
- c) Agentes delegados;
- d) Agentes políticos.

Juizado Especial - Lei n.º 9.099/95

QUESTÃO 17 - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

- a) as causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo;
- b) as ações de despejo;
- c) as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta salários mínimos;
- d) as ações relativas ao inventário e partilha de bens.



QUESTÃO 18 - Caio ingressou no Juizado Especial Cível de Carmo de Minas com ação de indenização por danos morais e materiais em face de Tício, tendo em vista que foi vítima de acidente de trânsito. Tício, ao apresentar sua contestação em audiência, requereu, como preliminar, a denunciação da lide à seguradora, comprovando documentalmente o contrato de seguro firmado. Assinale a alternativa correta:

- a) A denunciação da lide deve ser acolhida pelo Juiz de Direito, de modo a observar as regras do Código de Processo Civil relativas a esta modalidade de intervenção de terceiro;
- b) A denunciação da lide não deve ser acolhida pelo Juiz de Direito, pois no Juizado Especial Cível esta modalidade de intervenção de terceiro somente é admitida quando feita através de pedido contraposto;
- c) A denunciação da lide não deve ser acolhida pelo Juiz de Direito, pois no Juizado Especial Cível esta modalidade de intervenção de terceiro não é admitida pela lei 9.099/95, com exceção da assistência;
- d) A denunciação da lide não deve ser acolhida pelo Juiz de Direito, pois no Juizado Especial Cível esta modalidade de intervenção de terceiro não é admitida pela Lei.

QUESTÃO 19 - Assinale a alternativa correta no que toca a sentença proferida no Juizado Especial Cível:

- a) Os erros materiais não podem ser corrigidos de ofício.
- b) Os erros materiais somente podem ser corrigidos por meio de embargos de declaração.
- c) Os erros materiais somente podem ser corrigidos por meio de recurso inominado.
- d) Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

QUESTÃO 20 - Assinale a alternativa correta:

- a) No Juizado Especial Cível, os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados.
- b) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo extrajudicial.
- c) O preparo será feito nas quarenta e oito horas seguintes a contar da intimação, sob pena de deserção.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

d) As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se ineficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

**SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA – COMARCA DE CARMO DE MINAS/MG**

Edital 01/2024

NOME DO CANDIDATO	ASSINATURA DO CANDIDATO	RG DO CANDIDATO

CARTÃO DE RESPOSTAS

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	



SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS

EDITAL Nº 01/2024

GABARITO OFICIAL

01	A
02	B
03	B
04	B
05	A
06	A
07	C
08	B
09	C
10	A
11	D
12	D
13	D
14	D
15	D
16	D
17	C
18	D
19	D
20	A